

Turismo e Desenvolvimento Sustentável

Uma Análise das Atividades Turísticas em uma Comunidade Pacificada do Rio de Janeiro¹

Fernando Guilherme Tenório²

Vanessa Brulon Soares³

Ana Clara Rodrigues Barros⁴

Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia⁵

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.422-452>

Recebido em: 10/7/2016

Aceito em: 7/4/2017

Resumo

Tendo em vista o potencial do turismo para levar ao crescimento e ao aumento da procura pelo turismo social, esse artigo tem por objetivo analisar a atividade turística em uma comunidade pacificada, a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Para isso, foi realizada uma revisão da literatura que aborda a temática das favelas, a relação entre turismo e desenvolvimento e a noção de desenvolvimento sustentável. Para a coleta de dados foram realizados dois grupos de discussão: um com moradores envolvidos com atividade turística dentro da comunidade em questão, o Morro do Cantagalo, no Rio de Janeiro; e outro com moradores que não têm este envolvimento. Foi realizada uma análise interpretativa dos dados, a partir de categorias de sustentabilidade desenvolvidas com base em Sachs (2009), que considera múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável, tais como: econômica, social, política, cultural, ecológica e territorial. Os resultados do estudo apontam que a realidade da comunidade tem sido alterada apenas no que diz respeito ao aspecto econômico

¹ Uma versão do trabalho foi apresentada no XII Colóquio Internacional sobre Poder Local, Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios, realizado em Salvador/Bahia de 10 a 12 de dezembro de 2012.

² Doutor em Engenharia de Produção Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Fundação Getúlio Vargas-RJ. fernando.tenorio@fgv.br

³ Doutora em Administração pela Fundação Getúlio Vargas-RJ. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. vanessabrulon@gmail.com

⁴ Mestranda em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. anabarrois@fgymail.br

⁵ Doutora em Administração pela Fundação Getúlio Vargas-RJ. Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. almeida.tania@globo.com

de geração de renda, mas, ainda assim, essa mudança só é percebida por aqueles moradores que possuem uma atividade profissional relacionada com o turismo na comunidade. Constatase, portanto, uma deficiência no critério social da sustentabilidade, tendo em vista que a geração de renda decorrente das atividades turísticas não se dá de forma equânime, restringindo-se a alguns moradores.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento sustentável. Favelas.

TOURISM AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF TOURIST ACTIVITIES IN A RIO DE JANEIRO'S PACIFIED COMMUNITY

Abstract

Considering the tourism potential to lead to the development and the growing demand for social tourism, this article aims to analyze the development of tourism in a pacified community, from the perspective of sustainable development. A literature review was conducted to address the issue of slums, the relationship between tourism and development, and the notion of sustainable development. For data collection, there were two groups discussion: one with locals involved in tourism in the community, the Morro do Cantagalo, in Rio de Janeiro; and another with residents who do not have this engagement. An interpretative analysis was performed from developed sustainability categories based on Sachs (2009), which considers multiple dimensions, such as: economic, social, political, cultural, ecological and territorial. The results indicate that the community has only been changed in economic aspect, but this change is perceived only by those residents who have an occupation related to tourism in the community. It suggests, therefore, a deficiency in the social criteria of sustainability, since income improvement from tourist activities does not occur in an equitable manner, being restricted to some residents.

Keywords: Tourism. Sustainable development. Slums.

Observa-se hoje um constante aumento do fluxo de turistas em todos os lugares do mundo. No Brasil essa tendência também se mostra presente, especialmente no que diz respeito ao fluxo de turistas estrangeiros (LOPES, 2007). Os turistas que visitam o Brasil sentem-se atraídos, principalmente, pela beleza natural do país, como suas praias e as belas paisagens. Merece destaque, nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro, uma das mais visitadas. Seduzidos pela beleza da cidade, os turistas procuram visitar atrações como o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor e as praias de Copacabana e Ipanema. Principalmente em anos recentes, contudo, também passaram a fazer parte do roteiro dos turistas as comunidades mais pobres do Rio de Janeiro, conhecidas como “favelas”. O fluxo de turistas nestas comunidades teve um aumento significativo com a política de pacificação, que surgiu a partir de 2008, como um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, e que tem como objetivo devolver ao Estado o poder sobre esses territórios.

As chamadas “favelas” cariocas têm seus territórios marcados por alta densidade habitacional, com uma população de baixa renda, e são mal servidas pela infraestrutura e serviços urbanos, como os de água, esgoto ou transporte (MARICATO, 2001; OBSERVATÓRIO..., 2009). Constituem-se, nesse sentido, como regiões que necessitam ainda de muito investimento e que, portanto, têm muito a se beneficiar com os possíveis ganhos que o turismo pode trazer. Os investimentos em atividades turísticas se dão, principalmente, devido à crença que se tem no potencial do turismo para levar ao desenvolvimento (OLIVEIRA, 2008).

Há, entretanto, uma forte tendência a se enfatizar apenas e acima de tudo as contribuições do turismo para a geração de renda, restringindo-se a uma perspectiva de desenvolvimento puramente econômico. Contrapondo-se a essa visão, assume-se, no presente trabalho, uma noção de desenvolvimento a partir de uma perspectiva mais ampla: o desenvolvimento sustentável. A

noção de desenvolvimento sustentável, conforme proposta por Sachs (2009), abarca múltiplas dimensões, como a social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política.

Como destaca Freire-Medeiros (2010), o turismo em comunidades é hoje um fato que já faz parte do cotidiano dos moradores. Como fato consumado, cabe agora refletir como essa atividade pode trazer melhorias efetivas para os habitantes dessas regiões, gerando um desenvolvimento que não esteja restrito a aspectos econômicos. Nesse sentido, o artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento da atividade turística em uma comunidade pacificada, a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Referencial Teórico

O Turismo em Comunidades

Embora seja geralmente associado aos benefícios que pode trazer, o turismo é muitas vezes um tema polêmico, sendo acusado por aqueles mais críticos de gerar dependência econômica, interferência em práticas culturais ou degradação ambiental nas comunidades em que este tipo de atividade se dá (FREIRE-MEDEIROS, 2010). É nesse sentido que o turismo merece ser investigado, principalmente quando sua inserção em novos espaços ganha relevo, como é o caso do turismo em comunidades.

Segundo Silva e Braga Filho (2010, p. 1.061), o turismo pode ser definido como uma atividade que pressupõe

o deslocamento de pessoas que saem de suas residências habituais com destino a outras localidades, por um período superior a 24 horas e inferior a 6 meses, por diferentes motivos, e que para isso utilizam os serviços de transportes, hospedagem, alimentação, lazer e entretenimento para atender suas necessidades.

Os autores, todavia, ressaltam que não existe um consenso em relação à definição do conceito. Como mostram Lage e Milone (2000), hoje já se admite que é impossível delimitar uma definição específica de turismo, podendo-se afirmar apenas que é uma atividade socioeconômica, pois gera a produção de bens e serviços, suprindo necessidades básicas e secundárias dos turistas (LAGE; MILONE, 2000).

Como afirma Lanzarini (2009, p. 7), todo lugar pode ser turístico, desde que seja “reproduzido socialmente e aceito culturalmente por sua comunidade, contemplando os diversos setores do planejamento governamental”. Para o autor, a solidificação desta atividade não se dá apenas por políticas públicas voltadas para o fomento da atividade, mas sim por meio de um processo lento de aceitação sociocultural. Além disso, na visão do autor, é importante pensar as relações do turismo com a sociedade, seja de modo social, cultural ou econômico.

Segundo Lopes (2007), as atividades turísticas têm obtido crescimento significativo nos últimos anos, com incremento em todas as regiões do planeta. No Brasil encontram-se hoje taxas de crescimento percentuais acima da média mundial, batendo sucessivos recordes, com destaque para o grande aumento do número de turistas estrangeiros (LOPES, 2007).

Os turistas estrangeiros que visitam o Brasil são atraídos, principalmente, pelas belezas naturais do país. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, uma das mais visitadas do Brasil, apresenta como principais pontos turísticos atrações que estão relacionadas à beleza das paisagens, como o morro Pão de Açúcar, o Cristo Redentor ou as praias. Nos últimos anos, entretanto, as comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro, conhecidas como “favelas”, vêm se destacando como importantes pontos turísticos, equiparáveis aos principais atrativos da cidade.

A atividade turística nestas comunidades merece atenção especial por serem as chamadas “favelas” regiões nas quais os moradores possuem baixa renda e que têm muito a usufruir dos benefícios que o turismo pode trazer.

Maricato (2001) caracteriza as chamadas “favelas” como regiões marcadas por uma situação ilegal de ocupação do solo e sujeitas à exclusão urbana, uma vez que são mal servidas pela infraestrutura e serviços urbanos, como os de água, esgoto ou transporte. São localizadas em áreas ambientalmente frágeis, como encostas íngremes ou beira de córregos, sujeitas a desmoronamentos (MARICATO, 2001).

Segundo Moraes (2010), a partir dos relatos de viajantes que visitaram o Rio de Janeiro no início do século 20, pode-se constatar que a visita às comunidades cariocas não é uma prática recente. Como mostra Freire-Medeiros (2007), entretanto, foi apenas na década de 90, com o evento Eco-92, que o turismo nessas comunidades ganhou força e passou a se disseminar. A autora destaca o filme *Cidade de Deus* e o documentário *Favela Rising*, que conta a história do grupo Afro Reggae, de Vigário Geral, como produtos que contribuíram para veiculação da imagem das comunidades cariocas, reforçando sua atração como destino turístico.

Ao analisar a construção das chamadas “favelas” como destino turístico, Freire-Medeiros (2007) mostra que o turismo em comunidades pode ser entendido como um tipo de “tour social”, uma forma de *tour* de realidade, que tem como destino locais com desvantagens econômicas, nos quais é possível ter uma experiência com autenticidade e participação. A experiência turística em favelas, no entanto, pode sofrer variações conforme as especificidades da comunidade em questão, como é o caso das favelas Babilônia e Chapéu Mangueira que, segundo Moraes (2013), podem ser denominadas de favelas ecológicas, nas quais a questão do meio ambiente torna-se central na experiência turística. Nesse sentido, o turismo em comunidades, além de fornecer uma sensação altruísta de ser um bom cidadão, motiva, simultaneamente, uma sensação de aventura (FREIRE-MEDEIROS, 2009a).

Como destaca Menezes (2007), nos últimos anos o interesse pelo turismo em comunidades cariocas tem aumentado de forma significativa. Freire-Medeiros (2010) explica que os moradores destas comunidades, aproveitando essa tendência, vêm buscando desenvolver o seu potencial

turístico. A Rocinha, por exemplo, tem recebido em torno de 3 mil visitantes por mês nos últimos anos, conduzidos por guias particulares, vinculados ou não a agências de turismo, com a oferta de serviços diversificados (MENEZES, 2007), mas Freire-Medeiros (2009b) chama a atenção para o fato de que 99% desses turistas são estrangeiros.

Freire-Medeiros (2010) destaca que a prática do turismo nas chamadas “favelas” cariocas é uma atividade rentável para as agências de turismo e que já faz parte da realidade cotidiana dos moradores. Com a recente mudança nas políticas públicas destinadas às favelas, que passaram a se voltar para a integração da favela ao restante da cidade, em um contexto em que a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar eventos internacionais (OST; FLEURY, 2013), as atividades turísticas nesses territórios tornaram-se mais frequentes. O turismo em comunidades intensifica-se ainda mais com a política de pacificação das comunidades da cidade do Rio de Janeiro, que surge a partir de 2008, como um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, e que tem como objetivo levar o policiamento a estas comunidades. Vale destacar o caso da favela Santa Marta, primeira a receber uma Unidade de Polícia Pacificadora e símbolo de “sucesso” do programa, que, conforme mostraram Barbosa (2015), Silva e Carvalho (2014) e Tenório, Brulon e Zarconi (2013), teve um mercado turístico fortemente desenvolvido, com a atuação de vários atores externos.

Nesse sentido, assumindo o turismo em comunidades como um fato que já faz parte do cotidiano dos cariocas e que vem se tornando ainda mais frequente, principalmente nas comunidades pacificadas, faz-se necessário questionar de que forma este tipo de atividade pode trazer retorno para os seus moradores, explorando os benefícios e amenizando os malefícios que o turismo pode trazer. Isto pode ser alcançado por meio de um investimento na relação que geralmente se estabelece entre turismo e desenvolvimento, conforme discutido a seguir.

A Relação entre Turismo e Desenvolvimento

O desenvolvimento de atividades turísticas nas comunidades do Rio de Janeiro, que tem aumentado nos últimos anos, merece destaque, principalmente, em razão do potencial que tem o turismo para o alcance do desenvolvimento. Por serem áreas marcadas pela ausência de uma série de recursos, as comunidades têm nas atividades turísticas uma oportunidade para a melhoria das condições de vida de seus habitantes.

No Brasil, o turismo destaca-se como uma das atividades mais promissoras para levar ao desenvolvimento do país (LOPES, 2007). Isso reflete-se nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de atividades turísticas. Tais políticas têm desde sua origem o caráter de políticas de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2008). Segundo este autor (2008), as políticas de turismo se fortalecem no Brasil com base na crença de que o turismo é uma grande oportunidade para o desenvolvimento, mas que tem sido subaproveitada. A relação do turismo com o desenvolvimento, entretanto, é abordada na literatura principalmente no que diz respeito às contribuições de âmbito econômico. No entendimento de Carvalho (1998), os impactos econômicos da atividade turística são muito grandes, com o turismo revelando-se uma das maiores fontes geradoras de divisas. Silva e Braga Filho (2010) afirmam que a atividade turística é considerada uma alternativa para o desenvolvimento econômico, principalmente em regiões que possuem abundância de recursos naturais e culturais, mas não têm muitas opções para geração de renda. Caracterizando-se como uma atividade heterogênea, o turismo traz efeitos diretos para vários ramos da economia, dirigindo-se para diversos setores simultaneamente (LAGE; MILONE, 1998).

Entre os impactos econômicos da atividade turística, ressalta-se na literatura sua importância para a geração de empregos. Muganda, Sahli e Smith (2010), por exemplo, destacam a criação de novos empregos como uma das principais áreas-chave para as quais o desenvolvimento de atividades

turísticas contribui. Lage e Milone (1998) consideram que, embora a geração de emprego não seja necessariamente um objetivo primordial do turismo, é com certeza um de seus principais resultados.

Embora, no caso dos países em desenvolvimento, o objetivo de promover a indústria do turismo seja, principalmente, a entrada de divisas estrangeiras (LAGE; MILONE, 1998), enfatizando o impacto econômico da atividade, o turismo pode trazer benefícios também para outras dimensões, contribuindo para um desenvolvimento mais amplo, para além daquele puramente econômico.

Conforme Lage e Milone (1998), estudos mostram que os efeitos do turismo ocorrem no âmbito econômico, mas também social, cultural e ambiental. Becker (2001) ressalta que o turismo apresenta um potencial para o desenvolvimento, pois pode gerar uma multiplicação de serviços, de empregos e de circulação de mercadorias, mas, além disso, pode ter desdobramentos ambientais e sociais. Seguindo esta perspectiva mais ampla, Carvalho (1998) destaca o potencial da atividade turística para a melhoria da qualidade de vida da população, mencionando também as questões culturais e ambientais, ressaltando que é preciso estar atento à poluição e à destruição de recursos naturais ao se pensar no desenvolvimento de atividades turísticas. Lage e Milone (1998), da mesma forma, chamam a atenção para os efeitos do turismo sobre o meio ambiente, e afirmam que a preservação de áreas naturais estimula fluxos turísticos.

Nesse sentido, escapando de uma lógica puramente econômica, alguns autores enfatizam a importância da participação da comunidade no desenvolvimento de atividades turísticas, bem como a presença de elementos da cultura local, para que o turismo possa levar a um desenvolvimento mais amplo. Para Sousa (2006), por exemplo, além de se conhecer os recursos da região, é de crucial importância o envolvimento da população no planejamento e instituição do turismo em uma região. Já Azevedo e Irving (2002) defendem a necessidade de um envolvimento da sociedade para que o desenvolvimento seja por ela moldado de forma a preservar as condições

para as gerações futuras. Tenório, Brulon e Zarconi (2013) enfatizam a importância da gestão social para que o desenvolvimento local ultrapasse a esfera meramente econômica.

O potencial do turismo para levar a melhorias em múltiplas dimensões – econômica, social, ambiental, cultural, política – faz com que ele hoje seja considerado um importante meio para o alcance de um desenvolvimento sustentável, um conceito mais amplo de desenvolvimento, que abarca simultaneamente essas múltiplas dimensões. Os debates que se estabelecem em torno do desenvolvimento mundial passam muitas vezes pela discussão do papel do turismo neste processo e permeiam as esferas econômicas, sociais, culturais e políticas na busca do que hoje se denomina de desenvolvimento sustentável (LANZARINI, 2009).

Embora a importância das atividades turística para o desenvolvimento seja destacada na literatura, Lanzarini (2009) lembra que é ingênuo, por um lado, idealizar esta atividade como promotora do desenvolvimento social, e por outro, considerá-la apenas predatória. Para o autor, a atividade turística é ambígua: pode gerar riqueza, empregos e melhorar a vida da comunidade, mas também pode produzir pobreza e exclusão social. Por isso, as atividades turísticas merecem ser analisadas, tendo em vista o aproveitamento de seu potencial em múltiplas dimensões, bem como os impactos negativos que podem trazer, principalmente quando se dão em regiões que necessitam com urgência de seus benefícios, como é o caso das comunidades da cidade do Rio de Janeiro.

A Noção de Desenvolvimento Sustentável

A noção de desenvolvimento passa a ser disseminada principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial (SUNKEL; PAZ, 1971), e é associada, de forma simplificada, nesse período inicial, ao crescimento econômico, enfatizando-se os aspectos quantitativos atrelados ao conceito. O desen-

volvimento é avaliado, assim, por meio de uma série de indicadores, como o Produto Interno Bruto (PIB), a renda nacional ou a renda per capita (OLIVEIRA, 2002).

Logo, porém, instaura-se um debate em torno da ideia de um desenvolvimento puramente econômico, tendo em vista o reducionismo que carrega consigo esta concepção. Outras dimensões do desenvolvimento – política, social, cultural, ambiental – passam a ser reivindicadas, tornando o conceito mais complexo e dando-lhe outras roupagens. O papel do crescimento econômico para o desenvolvimento, superestimado em um período inicial, passou a ser entendido como um critério necessário, mas longe de ser suficiente (SACHS, 1997).

Importantes contribuições para se pensar o desenvolvimento a partir de perspectivas mais amplas advêm do pensamento de Celso Furtado, economista latino-americano e um dos principais representantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Para Furtado (2000), o desenvolvimento não pode ser assumido apenas como o aumento da eficácia do sistema social de produção. A esta dimensão mais instrumental, o autor acrescenta uma dimensão substantiva, que diz respeito à satisfação das necessidades humanas, ampliando o conceito. A partir de então, seguindo este percurso, a noção de desenvolvimento foi aumentando em complexidade, e à dimensão econômica foram acrescentadas dimensões sociais, políticas, culturais, éticas, ambientais e territoriais, conforme destaca Sachs (1997).

Seguindo esta tendência, principalmente a partir da década de 80, uma dimensão de caráter ambiental passa a ser reivindicada, e o desenvolvimento apresenta-se sob o novo rótulo de desenvolvimento sustentável. Esse novo conceito tem como marco inaugural o documento “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Brundtland, quando foi usado pela primeira vez, em 1987 (DIEGUES, 1992), dando início a um intenso processo de legitimação dessa expressão (VEIGA, 2010). Por meio de seu documento fundador, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser divulgado como

estando atrelado à ideia de satisfação das necessidades do presente sem o comprometimento da possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas necessidades (NEVES; KLEINMAYER; TOCACH, 2009).

Segundo Veiga (2010), a noção de desenvolvimento sustentável torna-se de extrema importância, em virtude da percepção de que a biosfera está sendo submetida a pressões insuportáveis, e consolida-se como uma concepção que tenta vincular a temática do crescimento econômico com a do meio ambiente. Embora a ideia de sustentabilidade advenha da Biologia, o adjetivo “sustentável”, atrelado à noção de desenvolvimento, assume um sentido bem mais amplo, sendo usado para questionar a qualidade do desenvolvimento alcançado pelos países considerados desenvolvidos (VEIGA, 2005).

Veiga (2010) explica que as discussões em torno da noção de sustentabilidade se dão, principalmente, em relação a dois posicionamentos extremos: por um lado, existem aqueles que defendem que não há dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico e, por outro, aqueles que acreditam que os dois objetivos são incompatíveis. Em torno destas duas posições uma série de hipóteses foi sendo elaborada, instaurando um debate científico internacional a respeito da relação entre crescimento econômico e preservação ambiental (VEIGA, 2010).

Após apresentar e discutir as principais perspectivas em torno da noção de sustentabilidade, Veiga (2010, p. 171) destaca Sachs como o autor dedicado a esta temática que “melhor soube evitar simultaneamente o ambientalismo pueril, que pouco se preocupa com pobreza e desigualdades, e o desenvolvimentismo anacrônico, que pouco se preocupa com as gerações futuras”.

Sachs (2008) entende o desenvolvimento sustentável como um conceito multidimensional, que possui objetivos sociais e éticos, e tem a ele atrelada uma condicionalidade ambiental, que diz respeito à solidariedade com as gerações futuras. Embora entenda que o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, o autor chama a atenção para o fato de que

o crescimento não é condição suficiente para que o desenvolvimento ocorra. Para Sachs (2009, p. 55), “o desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado”.

Na visão de Sachs (2009), o desenvolvimento sustentável pode ser sintetizado como aquele que possibilita uma harmonização entre objetivos sociais, ambientais e econômicos. Nesse sentido, Sachs (2009) chama a atenção para o fato de que a noção de sustentabilidade, que é muitas vezes utilizada para designar apenas uma sustentabilidade ambiental, abarca muitas outras dimensões. Expressando essa diversidade de dimensões, o autor propõe alguns critérios que podem ser utilizados para investigações em torno da noção de sustentabilidade, que estão sintetizados em critérios social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político (nacional e internacional).

Como afirma Sachs (2009), neste início de século o desenvolvimento não perde sua centralidade, diante da necessidade de se enfrentar os problemas das desigualdades sociais entre nações e dentro das nações. A presença das chamadas “favelas” em países considerados “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvidos” como o Brasil, expressa a importância da manutenção deste tipo de discussão, e o conceito de desenvolvimento sustentável, mais amplo e complexo, apresenta-se como uma alternativa para se pensar em possíveis saídas para a superação das desigualdades.

Método de Pesquisa

Nesta seção serão explicitados os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo que se caracteriza, conforme taxonomia apresentada por Vergara (2007), como uma pesquisa exploratória e descritiva. Além do estudo bibliográfico, foi realizada uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, utilizando-se o método de discussão em grupo como recurso para a coleta de dados. Esse método foi adotado, entre outros aspectos, pela homogeneidade do público pesquisado e pelo objetivo de entender como ele considera o

turismo na favela, levantando informações em profundidade sobre “o que as pessoas pensam ou sentem, ou ainda, a forma como agem” em relação ao assunto pesquisado (OLIVEIRA; FREITAS, 2006, p. 326). Segundo estes autores, este método gera riqueza de informação pela interação entre os participantes, o que não ocorre na abordagem individual.

Foram realizadas duas discussões em grupo, segmentadas entre (1) moradores do morro do Cantagalo que não possuem atividade profissional relacionada ao turismo na comunidade, como fotógrafo, estudante e faxineiro, e (2) moradores do morro do Cantagalo que trabalham com atividades de turismo na própria comunidade, como guias turísticos, dono de pousada e membros do Museu de Favela, uma Organização Não Governamental que recebe turistas na comunidade. Os participantes foram recrutados por conveniência, tendo sido os grupos formados por homens e mulheres, de 23 a 57 anos, residentes no morro do Cantagalo há pelo menos cinco anos. O primeiro grupo teve a participação de oito moradores e o segundo grupo, seis. As reuniões aconteceram em 2012, em espaço comunitário localizado na própria comunidade. Cada discussão em grupo teve a duração de aproximadamente uma hora e meia.

Para a condução dessas sessões foi elaborado um roteiro semiestruturado que inicialmente abordou a relação do morador com o morro do Cantagalo, as vantagens e desvantagens do lugar, as emoções associadas e a autopercepção do morador para, em seguida, levantar as opiniões sobre as atividades de turismo naquele local e as alterações que elas trazem para o cotidiano dos moradores. As reuniões foram gravadas em áudio e esse material foi transcrito para utilização na etapa de análise dos resultados.

Para a análise dos dados foi realizada a análise interpretativa a partir de categorias preestabelecidas e da base teórica revisada. O tratamento e a análise dos dados deram-se com base em algumas categorias de análises desenvolvidas a partir dos critérios de sustentabilidade propostos por Sachs (2009). Com base neste referencial, as categorias foram desenvolvidas de acordo com a aplicabilidade ao contexto das atividades turísticas investigado.

De posse da transcrição integral das entrevistas, operou-se a busca e sistematização dos fragmentos relevantes para a argumentação, de acordo com cada categoria. As categorias e a forma como foram operacionalizadas são apresentadas no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Categorias de Análise e Operacionalização

Categorias de Análise	Operacionalização
Critério Econômico	Identificação de referências a algum tipo de retorno econômico para a comunidade, advindo das atividades turísticas nela desenvolvidas.
Critério Social	Identificação de referências à distribuição de renda justa, geração de empregos ou melhorias na qualidade de vida, decorrentes das atividades turísticas desenvolvidas na comunidade.
Critério Político	Identificação de referências à coesão dos moradores e articulações entre eles para a participação no desenvolvimento de atividades turísticas, bem como de abertura de espaços de discussão incentivadas pelo governo, para que essa participação aconteça.
Critério Cultural	Identificação de referências à presença de elementos da cultura local no desenvolvimento da atividade turística.
Critério Ecológico	Identificação de referências à interferência das atividades turísticas no meio ambiente da comunidade.
Critério Territorial	Identificação de referências à interferência das atividades turísticas no ambiente urbano da comunidade.

Fonte: Os autores.

Caracterização da Comunidade do Cantagalo

O morro do Cantagalo está localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, entre os bairros de Copacabana, Ipanema, Leblon e Lagoa. Situa-se, desta forma, em uma área nobre que possui, por exemplo, os maiores preços por metro quadrado de imóveis do Brasil e diversos pontos turísticos conhecidos mundialmente, como as praias de Copacabana e Ipanema.

Embora a comunidade do Cantagalo esteja em uma localização privilegiada, existe uma grande desigualdade social entre o “asfalto”⁶ e a comunidade. Segundo dados de 2010 da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o morro do Cantagalo possui 4.415 habitantes, seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$612,50, a renda salarial média é de R\$527,50 e 11,98% de sua população é beneficiada pelo programa Bolsa Família.

Desde 2008 o governo do Estado do Rio de Janeiro adotou uma nova política de segurança pública, a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que tem como objetivo extinguir a violência e o tráfico de drogas nas comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro por meio da aproximação entre a polícia e a comunidade e do fortalecimento das políticas sociais. A UPP do complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo foi inaugurada em dezembro de 2009.

A pacificação representou principalmente uma oportunidade de aproximação entre favela e “asfalto” e possibilitou a entrada do Estado na comunidade, assim como a realização de diversas iniciativas sociais públicas e privadas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Sesi Cidadania, a UPP Social e o Museu de Favela. Um grande desafio do PAC foi a realocação de pessoas que viviam em áreas de risco de desabamento, o que é comum por conta do grande número de construções irregulares. Além disso, a comunidade sofre com problemas de saneamento básico, pois há diversas áreas com esgoto a céu aberto. Outra dificuldade é a coleta de lixo, uma vez que as vielas estreitas tornam praticamente impossível a passagem dos caminhões coletores.

Mesmo com tantos problemas, o novo ambiente de segurança nas comunidades pacificadas atrai cada vez mais turistas. Embora o turismo em favelas não tenha surgido com a pacificação, os próprios moradores relatam que, após este fato, o morro do Cantagalo passou a ser um grande alvo de

⁶ Forma como os moradores se referem a toda a parte da cidade que não é favela.

visitação turística, por sua localização privilegiada. De diversos pontos da comunidade é possível ver uma grande parte da cidade do Rio de Janeiro, incluindo o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar e a Lagoa Rodrigo de Freitas, e, portanto, a vista torna-se uma importante atração para os turistas. O principal ponto turístico da comunidade é o Mirante da Paz, inaugurado em junho de 2010, que conta com um elevador panorâmico.

Além disso, a comunidade possui outro elevador localizado no Complexo Rubem Braga, onde há o Centro de Referência da Juventude (CRJ), a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), uma sede do projeto Criança Esperança e do grupo Afroreggae, a Rádio Comunitária Panorama, a Escola Presidente João Goulart (com o pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do município em 2011) e outros projetos sociais. O Complexo Rubem Braga também é um ponto em que há bastante visitação turística por concentrar tantos projetos sociais e culturais.

O Turismo na Comunidade do Cantagalo à Luz da Sustentabilidade

As atividades turísticas na comunidade do Cantagalo ganharam força e passaram a se consolidar como parte do cotidiano dos moradores, principalmente a partir da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na comunidade, em 2009, como foi ressaltado na fala dos moradores. Na visão destes, com o processo de pacificação, houve um *boom* de atividades turísticas na comunidade, devido ao aumento da sensação de segurança por parte daqueles que estão de fora. Corroborando o que mostrou Freire-Medeiros (2009b), os moradores do Cantagalo chamam a atenção para o fato de que os turistas que passaram a visitar a comunidade são predominantemente estrangeiros ou “gringos”, como os moradores a eles costumam se referir.

O que se pretende aqui analisar, diante deste crescimento de atividades turísticas que marca a realidade do local, são as consequências que tais atividades trazem para os moradores da comunidade, no que diz respeito

ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a análise a seguir se deu a partir de critérios de sustentabilidade desenvolvidos com base na proposta de Sachs (2009), conforme apresentado no Quadro 1. Foi identificada, na fala dos entrevistados, a forma como esses critérios têm se mostrado presentes na comunidade a partir do desenvolvimento de atividades turísticas.

O Critério Econômico da Sustentabilidade na Comunidade do Cantagalo

Os benefícios econômicos trazidos pelo desenvolvimento de atividades turísticas recebem bastante destaque na literatura que trata do tema (exemplo: CARVALHO, 1998; SILVA; BRAGA FILHO, 2010). O destaque dado a aspectos econômicos também se faz presente na fala dos moradores, quando questionados a respeito dos benefícios que o turismo pode trazer para a comunidade em que moram. Nesse sentido, uma moradora envolvida com atividades turísticas na comunidade enfatiza: “A intenção nossa é sempre gerar renda pro morador” (Moradora 14).

Ao discutirem os ganhos que os moradores possuem como decorrência do turismo na comunidade, aqueles que participam de alguma forma das atividades turísticas fazem referência, de imediato, a questões de âmbito econômico: “Logicamente tem uma renda” (Moradora 12). Para complementar esta afirmação, outra moradora explica: “Se o morador *tá* ocupando, seja a pousada ou seja a casa dele, se ele faz a comida... se ele *tá* hospedando aquela pessoa, ele *tá* ganhando dinheiro *pra* luz, *pra* água e até na comida que faz” (Moradora 14).

Esse retorno financeiro não vem apenas com a hospedagem dos turistas. Segundo o relato dos moradores que se envolvem de forma mais próxima com o turismo, mesmo aqueles turistas que estão apenas de passagem, fazendo um rápido *tour* pela comunidade, contribuem de alguma forma gerando renda para alguns residentes. Ao serem questionados se os turistas têm deixado algum benefício para a comunidade, uma moradora

que trabalha com o turismo no Cantagalo responde: “Tem deixado sim. Por exemplo, ele deixa, ele compra... Só na Selma [lanchonete], quando a gente passa são 18 ou 19 sorvetes que ela vende. Na padaria do Nildo, ele vende em torno de, mais ou menos, umas seis garrafas de dois litros...” (Moradora 14). A renda gerada pelos turistas é mencionada por Carvalho (1998), que enfatiza os altos gastos diários realizados pelos turistas.

Na perspectiva daqueles habitantes do Cantagalo que não estão envolvidos diretamente com as atividades turísticas, no entanto, a visão a respeito do retorno econômico para a comunidade não é tão positiva. Segundo este grupo de moradores, os turistas “vêm, tiram a foto, não deixa um dinheiro aqui e vão embora” (Morador 4).

Esses habitantes explicam sua visão pessimista a respeito do assunto. Na visão deste grupo de moradores, o turista não confia na qualidade do alimento que é produzido dentro da comunidade, principalmente por questões de higiene. Segundo um morador que trabalha como fotógrafo, por exemplo, “o turista, também... ele não se sente seguro em comer” (Morador 2). Outro pesquisado exemplifica as condições dos estabelecimentos alimentícios da comunidade, como uma forma de justificar a falta de confiança dos turistas. De acordo com este habitante do Cantagalo, o dono do estabelecimento “mete a mão ali... (...) com a mesma mãozinha que ele pega o seu salgado, pega o seu dinheiro, joga naquela caixa e dane-se. Feliz da vida” (Morador 6).

Evidencia-se, assim, a discrepância entre o discurso daqueles que estão mais próximos do turismo na comunidade e daqueles que estão mais distantes deste tipo de atividade. Enquanto para os primeiros os retornos em termos de renda estão acontecendo, principalmente para moradores que oferecem algum tipo de hospedagem, ou que vendem produtos que podem ser consumidos pelo turista, para os segundos esse tipo de retorno ainda não é visível.

O Critério Social da Sustentabilidade na Comunidade do Cantagalo

A noção de sustentabilidade proposta por Sachs (2009) abarca outros critérios além do econômico. Segundo o autor, a simples geração de renda não é suficiente para que um desenvolvimento sustentável seja possível. Nesse sentido, faz-se também imperioso questionar os aspectos sociais envolvidos no desenvolvimento de atividades turísticas no Cantagalo.

A equidade na distribuição de renda, um primeiro indicador do critério social, não se mostra presente na comunidade, segundo o relato dos moradores. Como já citado, embora os moradores envolvidos com atividades turísticas identifiquem a geração de renda, este benefício, de acordo com os relatos, se dá apenas para aqueles que atuam neste tipo serviço e correlatos.

A este respeito também é importante ressaltar que a atividade de guiamento, uma das possíveis fontes de renda e de emprego para os moradores, é oferecida, muitas vezes, por guias externos à comunidade. Um morador que não trabalha com atividades turísticas, queixa-se: “A pessoa lá de fora que *tá* ganhando dinheiro. Que nem ela falou... o cara não mora aqui. Ele traz os gringos *pra* cá, anda isso aqui tudo...” (Morador 4). Os moradores sabem, inclusive, o preço cobrado por esses guias por um *tour* na comunidade, e informam, em tom de brincadeira, que é “*one hundred*” (Morador 1), revelando sua indignação com a quantia cobrada, considerada alta. Tendo em vista que a atividade de guiamento pode gerar emprego, sendo citada por Muganda, Sahli e Smith (2010) como uma das principais atividades para as quais o desenvolvimento do turismo contribui, a informação de que ela é ocupada por guias externos aponta para uma deficiência neste aspecto.

Ainda como decorrência desse processo, a qualidade de vida dos residentes pode ser prejudicada por uma possível especulação imobiliária apontada pelos habitantes do Cantagalo. Alguns deles explicam que muitos “gringos” se interessam em adquirir imóveis na comunidade, como revela, por exemplo, um morador, dono de uma panificação: “Tem gringo querendo

comprar aqui, né, *pra* poder fazer *hostel*, etc.” (Morador 4). Este tipo de prática os assusta e traz uma sensação de ameaça, como é expresso na fala de uma moradora, dona de uma pousada na comunidade: “Uma das coisas também que eu temo um pouco é a especulação, a especulação imobiliária. (...) Aqui pode ser uma potência. Pode se tornar uma potência (...)” (Moradora 12).

Observa-se, assim, que embora o turismo gere renda para alguns moradores do Cantagalo, também pode acentuar algumas discrepâncias e desigualdades.

O Critério Político da Sustentabilidade na Comunidade do Cantagalo

A coesão dos membros da comunidade para a viabilização de sua participação nas atividades turísticas, um indicador do critério político da sustentabilidade, não pode ser observada por meio dos relatos coletados. Ao contrário, revelou-se uma lógica individualista, como mostra a fala de uma moradora que coordena uma Organização Não Governamental (ONG) na região: “Não tem coletivo, é sempre individual” (Moradora 3).

A associação de moradores, principal via para organização dos membros da comunidade, é vista com descrédito pelos membros da comunidade. Alguns dos moradores consultados expressam críticas fortes à associação: “Eu acho que é só figura decorativa” (Moradora 3). Além disso, o tempo de permanência do presidente da associação é questionado: “O presidente *tá* na presidência desde que eu entrei aqui, quando me disseram que o estatuto é três anos só, e até hoje nunca vi... nunca saiu, nunca...” (Moradora 3).

Alguns moradores tentam amenizar as críticas, explicando que o papel do presidente da associação, em uma comunidade que convive com o tráfico de drogas, não é muito simples, uma vez que este sofre ameaças dos traficantes. O relato a seguir mostra as pressões sofridas pelo presidente da associação:

É superdifícil comandar a associação. (...) Já presenciei também um dia, também, de opressão... Ele *tava* lá na padaria, ele foi comprar um pão *pros* funcionários dele, aí chegaram dois meninos e um deles chegou e falou pra ele: “Vem cá, todo mundo *tá* ganhando...”. Falou um palavão lá... “Todo mundo *tá* ganhando cargo aqui. Entendeu? Como é que vai ficar a minha situação?” (Morador 4).

Além disso, diante deste contexto de conflito, alguns moradores explicam que não existem pessoas que queiram se candidatar ao cargo de presidente da associação. Como observa outro morador:

Na verdade é o seguinte... É *n* vezes. Ele já tentou, inclusive, sair fora. Vou te falar, duas vezes e, principalmente, que houve chapa e tudo mais... *Vamos se organizar pra gente* pegar e montar uma eleição. *Tá* legal, vamos lá *pra* quadra da escola de samba e vamos fazer isso. Não houve. Ninguém quis (Morador 6).

Nesse contexto, não parece haver um envolvimento da comunidade com a associação de moradores. A este respeito uma moradora, estudante de moda, afirma que o presidente da associação não tem o apoio da comunidade, “e até as taxas, no caso, que são *pra* pagar um funcionário *pra tá* ali atendendo, ninguém paga...” (Moradora 7).

Ao serem questionados a respeito da existência de espaços de discussão, quando possam dar suas opiniões sobre o turismo na comunidade, o grupo de moradores que não possui envolvimento com atividades turísticas demonstrou total desconhecimento. Já o grupo de moradores envolvidos com o turismo no Cantagalo soube informar, de maneira confusa e sem muitos detalhes, sobre a existência de uma iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), como revela a fala a seguir:

Quem *tá* tendo essas reuniões aqui é o Sebrae. Tem toda noite, agora. (...) Porque a ideia é eles começarem a mapear todos os pontos turísticos daqui. Mapear no sentido de transformar isso num grande polo turístico, né? (...) (Moradora 14).

Como defende Sousa (2006), é fundamental a participação da comunidade no desenvolvimento de atividades turísticas, para que se alcance um desenvolvimento amplo. Evidencia-se, entretanto, na comunidade do Cantagalo, o desconhecimento e a baixa participação dos moradores em espaços de discussão sobre esse assunto, apontando para uma defasagem no critério político da sustentabilidade. Estes resultados vão ao encontro de Tenório, Brulon e Zarconi (2013), que mostraram uma escassez de processos decisórios participativos nas atividades turísticas da favela Santa Marta, dificultando, assim, um desenvolvimento local pleno.

O Critério Cultural da Sustentabilidade na Comunidade do Cantagalo

Principalmente em decorrência do predomínio de guias turísticos externos à comunidade, bem como da baixa participação em espaços de discussão por meio dos quais os moradores da comunidade podem expressar suas opiniões a respeito do turismo ali desenvolvido, elementos da cultura local nas práticas turísticas no Cantagalo não se fazem presentes de forma ampla, conforme pode ser observado a partir dos relatos dos moradores.

Merece destaque, nesse sentido, a iniciativa do Museu de Favela (MUF), que oferece *tours* que contam a história da comunidade, revelando sua identidade. Como explica uma representante do MUF a respeito das atividades turísticas que a organização oferece: “O que mais a gente enaltece é a nossa história, a nossa riqueza cultural, identidade, a nossa memória” (Moradora 14).

A maioria dos guiamentos, entretanto, não se dá desta forma. Os moradores, principais conhecedores da realidade do Cantagalo, revelam a dificuldade que passam para atuar como guias dentro de sua própria comunidade. Uma moradora, que é guia turístico, mas que exerce sua profissão apenas externamente, relata a dificuldade que teve no início para se manter como guia dentro da comunidade:

...porque aqui, por exemplo, cobravam 60 reais, só que eu tinha que dividir com o MUF, a ONG, que no caso é o Museu de Favela, tinha que dividir com os funcionários e tinha que tirar a parte da ONG, uma parte *pros* funcionários e pra mim, então não dava pro aluguel, não dava pra nada (Moradora 5).

Tal relato gerou a indignação dos demais moradores presentes naquela discussão em grupo, que chegaram a oferecer ajuda para que ela conseguisse voltar a atuar internamente.

O predomínio de guias turísticos externos, que não possuem o devido conhecimento da comunidade para transmitir elementos de sua cultura aos turistas, é visto de forma muito negativa pelos moradores consultados. Para justificar sua indignação com este tipo de situação, uma moradora relata, por exemplo, uma situação vivenciada na Rocinha que mostra a inadequação dos guiamentos sem o devido conhecimento a respeito da comunidade:

A história mais fantástica que eles falavam era um guia na Rocinha (...). Essa é uma história que rola na Rocinha inteira, este guia falou “Sim, a cidade não vem *pra* recolher o lixo desta caçamba que está transbordando de lixo porque os traficantes jogam partes das pessoas que eles matam dentro do lixo”. [risos] Né? Então, esse é um guia de fora (...) empregado por uma agência que também não é de favela (...) e fica criando essas ideias (Moradora 9).

Os moradores defendem, neste sentido, a importância de que os guias sejam também moradores da comunidade e conhecedores de sua cultura e história: “Eu acho que na comunidade tinha que ser guia local, que já conhece a história da comunidade” (Moradora 12). A importância de que o turismo no Cantagalo seja uma via para expressão da cultura local se faz presente de forma marcante na fala dos moradores consultados. O relato a seguir expressa a ênfase dada pelos moradores ao critério cultural:

Agora é o tempo *da* comunidade olhar *pra* dentro de si e ver qual é o meu diferencial? O que eu posso oferecer ao turista? Eu não quero oferecer criminalidade, nem arma... nem pobreza, eu quero oferecer uma outra coisa. E qual é a outra coisa? E, quando a comunidade resolve oferecer uma outra coisa, aí vai virar este monumento turístico lindo aqui dentro da cidade (Moradora 9).

Sachs (2005) enfatiza a importância da cultura para o desenvolvimento e defende a necessidade da presença de elementos da cultura local, da preservação da identidade, para que o desenvolvimento aconteça. O que se observa na comunidade do Cantagalo, no entanto, é a dificuldade de atuação de guias locais, que têm o conhecimento necessário a respeito da realidade da comunidade, não obstante o forte desejo dos moradores de transmitir sua cultura aos turistas.

O Critério Ecológico da Sustentabilidade na Comunidade do Cantagalo

Foi apontado, de forma consensual, como o principal problema vivenciado pela comunidade, a questão da limpeza das ruas. Os moradores afirmam de forma direta que “atualmente o ponto mais negativo da favela é o lixo” (Moradora 12).

Ao serem questionados a respeito da interferência dos turistas nesta questão ou em algum outro aspecto ambiental/ecológico da comunidade, todos os moradores consultados respondem que não há nenhuma. Segundo os relatos, a atividade turística não tem efeitos positivos ou negativos sobre o meio ambiente da comunidade: “Ninguém limpa... e nem suja mais, não gera mais lixo porque eles não compram nada aqui” (Morador 4). Os moradores justificam esta ausência de interferência devido ao pouco tempo que os turistas permanecem na comunidade. Como explica uma das moradoras consultadas: “A partir do momento que ele vem, que ele chega aqui às

dez e o *tour* é de dez a meio-dia, ou de dez até uma hora, não vai ser nesse intervalo que ele vai sair sujando a comunidade porque não existe tempo *pra* isso” (Moradora 14).

Segundo os moradores, não há nenhuma mobilização por parte da comunidade para manter o Cantagalo mais limpo para os turistas. Alguns relatos revelam, inclusive, que os moradores e os guias que recebem os turistas não possuem muito pudor em mostrar a sujeira da comunidade. Uma moradora, por exemplo, conta que, em um *tour* do qual participou, havia “uma sujeira, gente, um montão de lixo acumulado. Eu falei: ‘Isso é retrato de uma comunidade imunda’” (Moradora 3).

A dimensão ambiental do desenvolvimento, embora tenha sido apenas recentemente evocada, é hoje considerada extremamente relevante para se pensar em um desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2010), entretanto o turismo na comunidade do Cantagalo não parece estar gerando nenhum impacto nesta dimensão.

O Critério Territorial da Sustentabilidade na Comunidade do Cantagalo

Assim como não foi constatada nenhuma influência do turismo em aspectos que dizem respeito ao meio ambiente da comunidade, também não foram observadas interferências em aspectos urbanos. A explicação pode ser a mesma: o pouco tempo que os turistas, em geral, permanecem na comunidade.

Um aspecto, no entanto, que merece ser ressaltado no que diz respeito ao critério territorial é o grande interesse que os turistas possuem pela urbanidade das comunidades. De acordo com os pesquisados, a arquitetura peculiar e improvisada das moradias chama a atenção dos turistas, que ficam intrigados com a maneira como os moradores constroem suas casas. A este respeito, um morador explica:

Eles ficam deslumbrados com a própria arquitetura, que *pra* gente é loucura, é um conflito, uma coisa louca, mas pra eles é fora da realidade. Eles precisam se organizar *pra* construir uma casa, pra pagar um arquiteto. Aqui não tem nada disso (Morador 6).

Nesse mesmo sentido, outro morador completa:

Olha, é o interesse deles, entendeu? Eu acho que cada um tem os seus interesses, alguma finalidade tem, porque eu acho que eu não vou sair de um país tão longe *pra* tirar fotos de casas que... de casas uma em cima da outra, né? Eles acham engraçado, muitos falam isso (Morador 1).

O interesse dos turistas pelas lajes também é ressaltado pelos moradores. “Aqui o cara vende a laje dele. A laje, entendeu? Então, vira um pombal que eles não conseguem entender” (Morador 6). O interesse dos turistas pela laje das casas que compõem a arquitetura das comunidades cariocas também foi demonstrado por Freire-Medeiros (2009b).

Embora não possa ser observada nenhuma interferência direta da atividade turística no ambiente urbano da comunidade, podemos supor que, ainda que as moradias sejam pouco seguras para quem reside ali, sua arquitetura pode ser mantida, uma vez que, de certa forma, serve como atrativo turístico.

Conclusão

Diante da consolidação do turismo em favelas da cidade do Rio de Janeiro, o presente artigo teve como objetivo analisar o desenvolvimento da atividade turística em uma comunidade pacificada, a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Ao se estudar o desenvolvimento de atividades turísticas em uma comunidade pacificada, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, conforme o objetivo proposto, pode-se observar, por meio da fala de mora-

dores, que a realidade da comunidade tem sido alterada apenas no que diz respeito ao aspecto econômico de geração de renda, mas, ainda assim, essa mudança só é percebida por aqueles moradores que possuem uma atividade profissional relacionada com o turismo no local. Isto indica uma deficiência no critério social da sustentabilidade, tendo em vista que a geração de renda decorrente das atividades turísticas não se dá de forma equânime, restringindo-se a alguns moradores.

O critério político também se mostrou deficiente, na medida em que se observou uma ausência de coesão e organização dos moradores, bem como o deficiente conhecimento a respeito de espaços de discussão sobre o turismo na comunidade. Quanto ao critério cultural, também foi possível perceber insatisfação dos moradores neste sentido, posto que há um desejo de transmitir a cultura local aos turistas, que acaba sendo dificultado devido aos empecilhos para que os próprios moradores atuem como guias locais. No que diz respeito aos critérios ecológico e territorial, na visão dos moradores, é baixa a interferência dos turistas, pelo tempo reduzido que permanecem na comunidade.

Os resultados obtidos refletem a ênfase nos benefícios econômicos do turismo, também presente na literatura (exemplos: CARVALHO, 1998; SILVA; BRAGA FILHO, 2010). Os moradores do Cantagalo envolvidos com atividades turísticas na comunidade também tendem a enfatizar em suas falas os ganhos em termos de renda, que alguns habitantes obtêm com o turismo. O crescimento econômico, entretanto, é insuficiente para a geração de transformações sociais mais amplas, como já mostrava Furtado (2000) e conforme defende Sachs (2009) ao propor o conceito de desenvolvimento sustentável.

Para que haja mudanças efetivas na vida dos moradores assumidos como cidadãos, faz-se necessário que o desenvolvimento das atividades turísticas nas comunidades do Rio de Janeiro seja revisto à luz da sustentabilidade.

É por meio de uma verdadeira inserção dos moradores nestas atividades que um desenvolvimento mais amplo pode ser alcançado, trazendo benefícios em suas múltiplas dimensões.

Referências

AZEVEDO, J.; IRVING, M. A. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

BARBOSA, Gabriel Ferreira. A favela Santa Marta e seus guias de turismo: identidade, mobilização e conflito. *Ritur – Revista Iberoamericana de Turismo*, v. 5, p. 169-179, 2015.

BECKER, B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2001.

CARVALHO, C. L. Desenvolvimento do turismo no Brasil. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 26-29, out./dez. 1998.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan./jun. 1992.

FREIRE-MEDEIROS, B. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 65, 2007.

_____. Entre tapas e beijos: a favela turística na perspectiva de seus moradores. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 1, jan./abr. 2010.

_____. The favela and its touristic transits. *Geoforum*, n. 40, p. 580-588, 2009a.

_____. *Gringo na laje*: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: FGV, 2009b.

FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento – enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Impactos socioeconômicos do turismo. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n. 4, out./dez. 1998.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Org.). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LANZARINI, R. Turismo e desenvolvimento local: reflexões interdisciplinares a respeito da ilha de Santa Catarina. SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, ANPTUR, 6., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 10 e 11 de setembro de 2009.

- LOPES, C. H. Análise dos modelos de planejamento e desenvolvimento turístico propostos pela gestão pública no Brasil. *Revista Acadêmica Senac On-line*, ed. 1, p. 1, 2007.
- MARICATO, E. *Favelas: um universo gigantesco e desconhecido*. 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab>>. Acesso em: 19 jan. 2012.
- MENEZES, P. Turismo e favela: reflexões sobre ética e fotografia. *Dialogando no turismo*, Rosana, v. 1, n. 3, p. 10-30, ago. 2007.
- MORAES, C. Os caminhos do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. *Intratextos*, Rio de Janeiro, Número Especial 1, p. 32-46, 2010.
- MORAES, Camila. A invenção da favela ecológica: um olhar sobre turismo e meio ambiente no Morro Babilônia. *Estudos de Sociologia*, v. 18, n. 35, 2013.
- MUGANDA, Michael; SAHLI, Mondher; SMITH, Karen A. Tourism's contribution to poverty alleviation: a community perspective from Tanzania. *Development Southern Africa*; v. 27 n. 5, dez. 2010.
- NEVES, L. S.; KLEINMAYER, L. A. M.; TOCACH, R. A transição do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável. SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2., 2009, Curitiba, *Anais...*, Curitiba, 2009.
- OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. O que é favela afinal? In: SILVA, J. S. (Org.). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.
- OLIVEIRA, F. M. As políticas de turismo no Brasil nos anos noventa. *Turismo em análise*, São Paulo, v. 19, n. 2, ago. 2008.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.
- OLIVEIRA, M.; FREITAS, H. Focus Group: instrumentalizando o seu planejamento. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELLO, R.; SILVA, A. B. da (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- OST, Sabrina; FLEURY, Sonia. O mercado sobe o morro. A cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. *Revista Dados*, v. 56, n. 3, 2013.
- SACHS, I. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 12, n. 33, p. 151-162, abr./jun. 2005.
- _____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- _____. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- _____. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? *Estudos Avançados*, v. 11, n. 30, p. 213-241, 1997.

SILVA, S. C.; BRAGA FILHO, H. Turismo e desenvolvimento local: o turismo de negócios como possibilidade para o desenvolvimento econômico de Franca-SP. ENCONTRO DE PESQUISADORES, 11., 2010, Franca, SP. *Anais...* Franca, São Paulo, 2010.

SILVA, Flavia Damasio; CARVALHO, Fernanda Caixeta. Turismo em favelas: o caso da comunidade Santa Marta, Rio de Janeiro. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v. 14, n. 1, p. 10, 2014.

SOUSA, L. S. *Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba*. Edição eletrônica 2006. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros/2006b/lss/index.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

SUNKEL; O.; PAZ, P. *El subdesarrollo latinoamericano y La teoría Del desarrollo*. 2. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1971.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; BRULON, Vanessa; ZARCONI, Lucas. Por uma superação da relação falaciosa entre turismo e desenvolvimento local: uma análise do turismo em comunidades à luz da gestão social. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 18, n. 62, 2013.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. In: OLIVA, Pedro Mercadante (Org.). *Economia Brasileira – Perspectivas do Desenvolvimento*. São Paulo: Centro Acadêmico Visconde de Cairu, 2005. Vol. 1.

VERGARA, S. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.